

Orçamento tem corte de CZ\$ 824 bi

19 NOV 1988

O GLOBO

BRASÍLIA — A nova proposta do Orçamento Geral da União para 89, enviada na final da tarde de quinta-feira ao Congresso Nacional, traz mais uma aperto nos gastos dos ministérios e demais órgãos da administração federal, somando um corte global de CZ\$ 824,9 bilhões. Poucos programas foram poupados de cortes, como bolsas de estudos e distribuição de leite. Os créditos para custeio agrícola foram reduzidos em CZ\$ 141,2 bilhões, beneficiando apenas mini e pequenos produtores. A receita do Tesouro, como as medidas de ajuste fiscal, sofreu um aumento de mais de CZ\$ 2 bilhões, passando de CZ\$ 5.990,00 bilhões do projeto ini-

cial, para CZ\$ 8.059,6 bilhões, o que representa mais de 3% do Produto Interno Bruto.

As despesas aumentaram em CZ\$ 807 bilhões, elevando-se de CZ\$ 10.052,6 bilhões para CZ\$ 10.859,6 bilhões. Esse aumento é justificado pelo Ministério do Planejamento em função de direitos garantidos pela Constituição, como elevação das transferências compulsórias para Estados e Municípios, criação de cinco tribunais federais e concessão do abono anual do PIS-Pasep, que foi incorporado ao Orçamento Geral da União para cobertura do seguro desemprego. Com as mudanças, o Or-

çamento Geral da União registra uma déficit de 0,56% do Produto Interno Bruto, que, excluindo transferências para empresas estatais, cai para 0,10%. Na primeira versão, o déficit atingia 2,26%.

Os cortes do orçamento se concentraram no item Outros Custeios de Capital, onde se encontram os recursos para manutenção da máquina administrativa e programas de investimentos. Todos os ministérios, Judiciário, Câmara, Senado e Presidência da República tiveram uma redução linear de 20%. O maior corte coube ao Ministério da Aeronáutica, com CZ\$ 26,3 bilhões, ao lado das

Minas e Energia, com CZ\$ 24 bilhões. As despesas com pessoal e encargos sociais não sofreram nenhuma alteração, mantendo-se em CZ\$ 2.269,00 bilhões, o que representa 3,7% do PIB.

● **INCENTIVOS** — O corte de incentivos na nova proposta do Orçamento Geral da União para 89 está bem abaixo da meta inicial dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. O projeto de lei encaminhado ao Congresso reduz os incentivos em apenas 0,42% do Produto Interno Bruto (CZ\$ 238 bilhões). Era intenção da área econômica cortar 1% do PIB dos incentivos (CZ\$ 610 bilhões), que representam uma evasão fiscal de 1,61%. Pressões políticas mantiveram intactos a Lei Sarney, o Finor e Finam, responsáveis por uma evasão fiscal de quase 0,2% do PIB.